

RELATÓRIO DE VIAGEM A BOCA DO ACRE-Am

A criação do Comitê de Diálogo - Índios e Colonos , no dia 19 de abril último, foi motivada, sobretudo, pelo conflito que ainda se desenrola entre Apurinã e Colonos do Km 45 da BR 317, trecho Rio Branco - Boca do Acre.

Dada a gravidade da situação e a eminência de seu acirramento, o Comitê decidiu enviar imediatamente ao local, representantes de quatro entidades: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Branco (Leovegildo), CIMI (Anselmo), CPT (Silvio Birolo) e Comissão Pró-Índio (Keilah), contando ainda com Leôncio, índio Apurinã do Km 124.

Saimos de Rio Branco no dia 22 de abril para a cidade de Boca do Acre, onde deveríamos procurar o Sindicato local. Como não havia nenhum dos diretores na cidade, seguimos para o Km 38 no mesmo dia, em um carro cedido pelos padres daquela Paróquia.

Ali no 38, nos reunimos com o Presidente do Sindicato, Sr. Pedro Alexandre, o Secretário (Edson) e outros colonos. A proposta do Comitê foi claramente entendida e combinamos, para o dia seguinte, a ida para o 45, acompanhando-nos elementos daquele Sindicato que juntamente com o Sr. Leovegildo, ficariam encarregados dos primeiros contatos com os colonos. Contávamos também com a chegada de Leoncio, na manhã do dia 23, para fazer o contato inicial com os Apurinã.

Dia 23 - Abril

Os representantes dos Sindicatos de Rio Branco e Boca do Acre, seguiram para o 45 nessa manhã. Os outros, aguardávamos o avião que deveria trazer Leôncio.

Leôncio não chegou. Por volta de 12 horas, nos dirigimos para a área do conflito. Na entrada, encontramos dois colonos que caminhavam para a cidade em busca de garantia policial, pois, segundo eles, corria a notícia que os índios iriam atacar suas casas naquela noite.

Tentamos conversar com eles, explicando o objetivo do Comitê, mas eles seguiram em frente, dizendo que iriam encontrar o Capitão Moraes e que não adiantava "conversa". Disseram também

que tomássemos cuidado porque os índios estavam armados e o melhor era que nem chegássemos até lá. (Esses colonos pegaram um trator na fazenda do Takashi, um grande fazendeiro paulista, e foram para Boca).

Sentimos nesse momento, mais ainda o peso de nossa responsabilidade e a urgência de nossa ação. Talvez o diálogo não fosse mais possível e a aproximação entre eles até perigosa, no entanto, era importante arriscar.

Passamos por mais alguns colonos armados, crianças, mulheres e foi nesse forte clima de tensão que chegamos na área 45. Fomos direto para a reserva indígena, acompanhados de longe pelos olhos espantados dos colonos, do outro lado da estrada.

Encontramos os Apurinã reunidos na casa do Salú, dos líderes mais velhos, e, aparentemente, tranquilos. Havia chegado, naquela manhã, os Apurinã do P.I. Kamicuã, por volta de 22, passando pela estrada cada um com sua arma, o que, obviamente, teria alarmado mais ainda os colonos.

Ao contrário do que esperávamos, fomos bem recebidos por eles (alguns já nos conheciam de Rio Branco) que também aceitaram de bom grado a proposta do diálogo. José Miranda, um dos líderes do grupo, disse que estavam mesmo pensando em conversar com os colonos porque eles é que tinham de resolver, não adiantava esperar pela FUNAI.

Saindo da área indígena, procuramos os colonos que estavam do outro lado da estrada. Perguntamos pelo pessoal do Sindicato e eles nos disseram que estavam na casa do Delegado Sindical, mais adiante. Não tinham conversado com eles e nem queriam saber de conversa com ninguém, pois o caso só seria resolvido pela Federal e pelo Capitão Moraes. Estes colonos são os que moram mais próximos aos Apurinã e, portanto, se sentem mais ameaçados.

Seguimos, então, para a casa do Sr. Rubens, Delegado Sindical, onde estavam os outros companheiros do Comitê. O Sr. Rubens acabara de chegar do roçado e não estava a par dos últimos acontecimentos. Outros moradores foram se aproximando e só então foi feita aos colonos a proposta do diálogo. No início, houve uma certa relutância, pois achavam desnecessário já que afirmavam saber o que iriam dizer os índios. Depois de um tempo de discursão, ficou acertado que o encontro poderia se realizar ali mesmo e naquela hora, com cinco representantes de cada parte.

Os índios foram comunicados e, rapidamente, foi organizada a reunião. Uma condição imposta pelos índios foi a de que

não houvesse a presença de fazendeiros e nem do Sindicato de Boca do Acre que, para eles, estava do lado dos colonos e só fazia "confusão".

A Reunião

José Miranda, líder Apurinã, abriu o diálogo dizendo que todos sabiam que por trás daquilo tudo havia interesses de terceiros que queriam se beneficiar da situação, jogando os colonos contra os índios e os índios contra os colonos. A isso, os colonos responderam desconhecer a existência desse tipo de pressão, pelo menos da parte deles.

José Miranda disse que ali mesmo havia uma pessoa que não deveria estar presente, o fazendeiro Edmilson. Este se retirou da reunião, mas voltou em seguida, assumindo totalmente a liderança dos colonos.

Durante toda a conversa os Apurinã se posicionaram firmemente no sentido de seus direitos àquela terra e na decisão de lutarem por todos os meios para sua reconquista, reafirmando não confiarem na FUNAI, mas, sim, em suas próprias forças. Aqueles colonos continuariam sendo seus amigos a partir do momento que saíssem de suas terras, do contrário, "você já sabem..." (Manoel Apurinã).

Por outro lado, não existe um consenso entre os colonos (calculados em torno de 130 famílias), havendo os que concordariam com a indenização e reassentamento e os que preferem lutar por seu pedaço de terra. Por isso, os que participaram da reunião não podiam decidir nada naquele momento, apenas se encarregariam de comunicar aos demais e discutirem o assunto. Entretanto, todos exigem uma garantia da indenização, o que só a FUNAI pode dar, e portanto, nada poderia ficar acertado quanto a isso.

Falou-se da necessidade de uma pressão conjunta junto à FUNAI e ao INCRA, mas os colonos preferem esperar a decisão dos órgãos competentes.

A participação do Sr. Edmilson prejudicou muito o diálogo, pois este queria a todo custo ganhar tempo, deixando a decisão por conta das autoridades e enquanto isso, todos continuariam vivendo a sua vida em harmonia, como se nada estivesse acontecendo.

Finalmente, acertaram um novo encontro, previsto para domingo, dia 27, ficando os colonos de antes porém realizando

uma reunião entre eles.

Saindo dali, soubemos que Leôncio havia chegado e fomos até a área indígena, encontrando todos reunidos novamente, ouvindo Leôncio contar sobre a Semana do Índio e a formação do Comitê. Os Apurinã diziam ter sido válido o encontro com os colonos e se mostravam animados para a próxima reunião. Combinamos levar, no dia seguinte, o Leôncio até o Km 124.

Dia 24

Quando retornávamos do 124, encontramos uma grande movimentação no Km 45 e vários colonos reunidos. Estacionamos o carro e logo fomos abordados por tres oficiais do Exército, inclusive o Capitão Moraes, armados com metralhadoras. Falamos sobre a reunião do dia anterior e eles nos disseram que já haviam conversado com ambas as partes, assegurando que dia 28, segunda-feira, chegaria uma Comissão da FUNAI de Brasília para decidir a questão.

Nada mais tínhamos a fazer ali. Nos despedimos de alguns índios que se encontravam à beira da estrada e nos dirigimos para falar também com os colonos. Estes, fortalecidos com a presença do Exército e prefeito de Boca do Acre, nos expulsaram daquele local, dizendo que éramos o CIMI, estávamos apoiando os índios e que não deveríamos mais pisar daquele lado.

Assim, voltamos para Boca do Acre naquele mesmo dia e consideramos encerrada a nossa função naquela área. Acreditamos, porém, que conseguimos evitar o início de uma guerra, pois, como disse Leôncio, os Apurinã estavam mesmo dispostos a botar fogo nas casas dos colonos na noite do dia 23.

Dia 25

De Boca do Acre, fomos até o P.I. Kamicuã, onde um conflito também está ocorrendo entre índios e colonos. Conversamos com o líder Alfredo Apurinã, que, juntamente com outros, havia retornado no dia anterior do PI Boca do Acre (45). Para Alfredo e todos do Kamicuã, os Apurinã do 45 devem defender até o fim suas terras e eles próprios estão dispostos a ajudalos. Para isso, fariam uma reunião no dia 27 e voltariam em seguida para o 45, onde todos os Apurinã, unidos, esperariam a Comissão de Brasília.

CONCLUSÃO

Retornamos a Rio Branco no dia 25 e aqui recebemos

confirmação de que a Comissão de Brasília, composta por um Engenheiro Agrimensor, um Antropólogo e representantes do Conselho de Segurança Nacional, chegaria de fato dia 28, prazo este dado pelos Índios. Trazíamos uma carta dos Apurinã para ser encaminhada à FUNAI e à Imprensa. Este é o seu conteúdo:

"22 de Abril de 1980.

Estrada de Boca do Acre (BR 317) Km 45, Área Indígena Apurinã.

Nós estamos alertando a FUNAI para que não mande Comissão sem Engenheiro Topógrafo e sem Antropólogo. E que nós queremos o Xará que mora em Brasília e Grupo de Trabalho com Ronaldo junto. Porque a Comissão sem ser Grupo de Trabalho não resolve e assim não adianta. A FUNAI quer enganar nós. O Estatuto do Índio exige um Antropólogo para fazer eleição da área e a partir daí é que se pode definir os limites. Se não vem um Grupo de Trabalho nós não aceitamos. Só Grupo de Trabalho pode fazer levantamento dos posseiros. É pouco posseiro que tem. Não tem 600 pessoas na área, quem fala que tem 600 pessoas é mentiroso. O mais que tem são 50 famílias na área que está no mapa. Nós vamos dar prazo de 10 dias para FUNAI resolver, se a FUNAI não resolver dentro de 10 dias nós mesmos vamos defender nossas terras. Assina Manoel Apurinã

24 de Abril de 1980.

Nós estamos alertando a FUNAI não se engane, pois nós estamos esperando a FUNAI para resolver. Se a FUNAI não resolver nós estamos prontos para resolver. Por isso, os Índios do Kamicuã e do Km 124 estão reunidos com nós. Assina Manoel Apurinã".

Rio Branco-Ac., 29 de Abril de 1980.

COMITÊ DE DIÁLOGO-ÍNDIOS E COLONOS